

FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 19 a 23 de julho, em Brasília.

ARTICULAÇÃO DURANTE O RECESSO

Com a interrupção dos trabalhos legislativos, o Planalto se empenha para atenuar divergências entre os Poderes. Ao longo das próximas semanas, Governo e congressistas aliados deverão atuar para reduzir as tensões. Nesse sentido, a ampliação do fundo eleitoral, embutida na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2022, pode ser mais uma ocasião de desgaste, com acusações recíprocas entre o Presidente da República e alguns parlamentares, tal como ocorrido no final de 2019, pelo mesmo motivo (aumento do fundo eleitoral).

Além disso, o Executivo concentrará esforços para avançar em matérias importantes. Na Câmara, a prioridade será a aprovação dos projetos da Reforma Tributária. Com a apresentação do relatório do projeto sobre a reformulação do imposto de renda, o Planalto espera estabelecer interlocução mais positiva com o setor empresarial, com vistas a reduzir as resistências à proposta original e criar condições para votá-la ainda no mês de agosto. Nessa perspectiva, outras discussões voltam à tona, como a desoneração da folha. Com o fim previsto

para dezembro deste ano, a desoneração da folha de pagamentos voltou a ser discutida e uma Frente Parlamentar Mista foi lançada na última quarta (14), em defesa da prorrogação da medida – *integrantes do Ministério da Economia argumentam que eventual prorrogação deve ser acompanhada de receita que a compense, como a instituição de um novo imposto.*

Já no Senado, o Governo se esforça para aprovar a indicação de André Mendonça para o STF. O Advogado-Geral da União (AGU) tem visitado os senadores para garantir, ao menos, os 41 votos necessários para ocupar a vaga deixada pelo ministro Marco Aurélio Mello na semana passada. Até o momento, Mendonça tem recebido o apoio de ministros importantes da Corte, como Dias Toffoli e Gilmar Mendes.

Em outra frente, a CPI da Pandemia continua no radar de preocupações do Planalto. Apesar de ter seus trabalhos suspensos durante o recesso do Congresso Nacional, o Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM/MG), prorrogou por mais 90 dias o funcionamento da comissão – *que deve se estender até o início de novembro e continuar a ser esfera de oposição ao Governo Federal.*

Poder Executivo

Presidência da República

Agenda do Presidente - Jair Bolsonaro reuniu-se, nesta segunda (19), com o ministro Marcelo Queiroga (Saúde) para tratar de tratamento da Covid-19 com proxalutamida.

ME

Ministério da Economia

Agenda do ministro - Paulo Guedes participou, nesta segunda (19), de reuniões com os secretários José Tostes (Receita Federal), Bruno Funchal (Fazenda) e Marcelo Guarany (Executivo ME).

Agenda do secretário - Carlos da Costa (SEPEC) participou, nesta segunda (19), do primeiro painel da ABINEE TEC 2021, que acontece entre os dias 19 e 23 de julho. O painel teve como tema “Indústria: Inovação para Transformação Digital”.

BACEN
Banco Central do Brasil

Agenda do presidente - Roberto Campos Neto, em férias, é substituído pelo diretor **Bruno Serra Fernandes**, que se reuniu, nesta segunda (19), com representantes das empresas Brazil Trader FX & Rates, Brazil Economist e da JP Morgan, para tratar sobre conjuntura econômica. Também, reuniu-se com executivos da Genial Investimentos; e com interlocutores da Capstone.

Balança Comercial – Para o saldo da balança comercial a projeção para este ano passou de US\$ 68,70 bilhões para US\$ 70 bilhões de resultado positivo.

Boletim Focus – Para o IPCA, a inflação oficial do país, a expectativa do mercado para este ano subiu de 6,11% para 6,31%. Foi a 15ª alta seguida. No caso do PIB 2021, os economistas do mercado financeiro subiram a estimativa para o crescimento de 5,26% para 5,27%. Foi a 13ª alta seguida do indicador. Para a Selic a expectativa subiu de 6,63% para 6,75% no fim de 2021. A projeção para a taxa de câmbio no fim de 2021 se manteve em R\$ 5,05.

BNDDES
Banco Nacional do
Desenvolvimento

Agenda do presidente - Gustavo Montezano participou, nesta segunda (19), da Live Matchfunding Salvando Vidas 2021 (2ª Fase), evento destinado a captação de doações. Participou também de reuniões com interlocutores da empresa PepsiCo e BioTec-Amazônia. Ademais, reuniu-se com representantes do Instituto SEMEIA, Anima Investimentos e BCG (The Boston Consulting Group).

MCom
Ministério das Comunicações

Agenda do secretário executivo - Vitor Menezes participou, nesta segunda (19), do primeiro painel da ABINEE TEC 2021, que acontece entre os dias 19 e 23 de julho. O painel teve como tema “Indústria: Inovação para Transformação Digital”.

MCTI
Ministério da Ciência,
Tecnologia e Inovações

Agenda do secretário - Paulo Alvim (SEMPI) participou, nesta segunda (19), do primeiro painel da ABINEE TEC 2021, que acontece entre os dias 19 e 23 de julho. O painel teve como tema “Indústria: Inovação para Transformação Digital”.

MME
Ministério de Minas e Energia

Agenda do ministro - Bento Albuquerque participou, nesta segunda (19), do evento comemorativo do aniversário de 30 anos da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC).

Poder Legislativo

Congresso Nacional

Em virtude da aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o Congresso Nacional está em **recesso legislativo** desde 18 de julho, com previsão de retomada de suas atividades a partir do dia 2 de agosto.

Política

Vice-presidente da Câmara sobe tom e desafia Bolsonaro a debater fundo eleitoral. Após cobrar o presidente Jair Bolsonaro sobre suas responsabilidades, o vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (PL-AM), subiu o tom e voltou às redes sociais no domingo para desafiar o presidente a participar de um debate sobre o fundo eleitoral e lembrou que líderes do governo no Congresso e aliados do presidente, entre eles, os filhos do mandatário votaram pelo aumento dos recursos eleitorais. “@jairbolsonaro sabe que está mentindo! O Governo dele enviou LDO c/ fundão eleitoral. Líderes do governo e filhos do Bolsonaro votaram a favor do fundão. Nem votei por estar presidindo a sessão. Presidente, você tem a caneta p/ vetar. Seja homem, assuma suas responsabilidades!”, escreveu Ramos, em sua página oficial no Twitter. Fonte: Valor Econômico

PSDB pode abrir mão de candidatura à presidência em nome de unidade do centro, diz Bruno Araújo. O presidente do PSDB, Bruno Araújo, disse em entrevista ao GLOBO que o PSDB ainda pode apoiar outro candidato à presidência da República em nome da unidade do centro. Questionado se sua sigla pode abrir mão da candidatura própria, afirmou que “ninguém pode querer apoio sem ter disposição de apoiar” e que os tucanos estão abertos a negociar “até o último momento das convenções”. Por outro lado, Araújo aposta que as prévias, marcadas para novembro, podem ajudar a impulsionar o PSDB na disputa por uma terceira via contra a polarização entre o presidente Jair Bolsonaro e o ex-presidente Lula. Mesmo com a alta da reprovação de Bolsonaro em meio à CPI da Covid e denúncias de corrupção, Araújo afirma que ainda não vê condições políticas no país para um impeachment. Para Araújo, faltam a perda de apoio no Congresso e manifestações amplas nas ruas com mais diversidade política e ideológica. Fonte: O Globo

Arthur Lira defende debate sobre semipresidencialismo na Câmara. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou na segunda-feira que fez o compromisso de campanha de que todos os temas poderão ser discutidos sob o seu mandato e que um desses temas é o “semipresidencialismo” – modelo em que um primeiro-ministro escolhido pelo Congresso comanda o Executivo paralelamente a um presidente, eleito pela população. “Acabou a época de projetos esquecidos nas gavetas. E o semipresidencialismo é mais um desses. Surgiu antes da crise atual. Não é invenção minha”, escreveu Lira no Twitter. “Podemos, sim, discutir o semipresidencialismo, que só valeria para as eleições de 2026, como qualquer outro projeto ou ideia que diminua a instabilidade crônica que o Brasil vive há muito tempo.” Fonte: Valor Econômico

Votação sobre o voto impresso fica para depois do recesso parlamentar. A reunião de sexta-feira (16) da comissão especial criada pela Câmara dos Deputados para analisar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 135/19, que torna o voto impresso obrigatório, foi encerrada sem a votação do parecer. Esse desfecho veio após muitas discussões. O presidente da comissão especial, deputado Paulo Eduardo Martins (PSC-PR), decidiu atender o pedido do relator, deputado Filipe Barros (PSL-PR), por mais prazo para incorporar sugestões em novo substitutivo. A próxima reunião do colegiado foi marcada para o dia 5 de agosto, depois do recesso parlamentar. Fonte: Agência Câmara

Ministro do Desenvolvimento Regional recebe alta após cirurgia. O ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, recebeu alta por volta das 16h de sábado (17) após passar por uma cirurgia. Ele estava internado em um hospital de Teixeira de Freitas, no extremo sul da Bahia. Na sexta-feira (16), Marinho teve um mal-estar e precisou realizar a cirurgia para a colocação de um stent, uma espécie de “malha” feita de metal que é usada para restaurar o fluxo sanguíneo na artéria. “Acabo de receber alta. Agradeço a todos pelas mensagens de apoio e orações. Na próxima sexta-feira, se Deus quiser, já estaremos de volta ao trabalho por um Brasil melhor”, postou o ministro em suas redes sociais. Fonte: Agência Brasil

Economia

Bancos oficializam cobrança por PIX para o mercado corporativo. Acabou, de vez, a era do PIX grátis para o B2B. Os principais bancos do país - Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Santander, os chamados tradicionais - decidiram cobrar por transação PIX para as pessoas jurídicas. Como sempre, os preços são

bastante parecidos sendo que cada PIX feito custará entre R\$ 9 e R\$ 10,00. O único banco tradicional que ainda não está cobrando pelo PIX nas empresas é a Caixa Econômica. Os bancos nativos digitais como Original, Nubank e Inter também decidiram manter o PIX gratuito. O Pix é o novo 'queridinho' e novo meio de pagamento teve adesão rápida entre os brasileiros. De acordo com os dados do Banco Central, os usuários do Pix movimentaram mais de R\$ 1 trilhão. Fonte: Convergência Digital

Acordo UE-Mercosul é publicado por Bruxelas e Brasília. Os capítulos e detalhes do acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia foram divulgados na quinta-feira (15) pelo Itamaraty. Bruxelas, onde está a sede do bloco europeu, tomou a mesma iniciativa. Além da transparência, o objetivo é “consolidar o que foi acordado”. “O texto está em fase de revisão legal e já não pode mais ser todo reaberto para negociações”, afirmou o embaixador Pedro Miguel Costa e Silva, secretário de Negociações Bilaterais e Regionais nas Américas e principal negociador brasileiro. Fonte: Poder 360

ONS pede a todas as usinas do país que suspendam paradas de manutenção no segundo semestre. Em mais uma medida para garantir o fornecimento de energia elétrica neste ano e diminuir o risco de apagões e de racionamento, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) pediu que as usinas geradoras de eletricidade adiem as manutenções programadas para o segundo semestre. O órgão responsável pela gestão operacional do sistema elétrico brasileiro disparou mensagens para diversas empresas solicitando que as atividades de manutenção previstas para os próximos meses sejam adiadas o máximo possível. Fonte: O Globo

Judiciário

Partidos pedem ao Supremo que vete lei da privatização da Eletrobrás. Sete partidos acionaram o Supremo Tribunal Federal contra a lei que viabiliza a privatização da Eletrobrás, sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro na terça-feira, 13. Seis legendas da oposição – PSB, Psol, Rede, PT, PDT, PCdoB – questionam o fato de a norma não só autorizar a desestatização da maior companhia do setor elétrico da América Latina, mas também ‘modificar a matriz energética brasileira’. Já o Podemos argumenta que a lei viola o dever de licitar ao prever a prorrogação das concessões de hidrelétricas como condicionante para a privatização. Além das duas ações, há ainda outros dois processos que tramitam na corte com relação à privatização da Eletrobrás, mas questionando a Medida Provisória que foi aprovada pelo Congresso e convertida em lei. Todos os casos estão sob relatoria do ministro Kassio Nunes Marques. Fonte: O Estado de S. Paulo

No Supremo e TCU, oposição reforça ações para tentar barrar uso do orçamento secreto. Siglas de oposição ao governo do presidente Jair Bolsonaro fizeram várias investidas nesta semana contra a distribuição de recursos a congressistas por meio das chamadas emendas de relator, identificadas pelo código RP 9. Estas verbas são a base do esquema conhecido como orçamento secreto, revelado pelo Estadão. Os partidos recorreram ao Judiciário e ao Tribunal de Contas da União (TCU) para tentar barrar a distribuição de recursos – a estratégia tem sido importante para garantir o apoio ao governo no Congresso. Segundo apurou o Estadão, a ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), poderá decidir sozinha se o uso das emendas fere a Constituição. Na quarta-feira, o PSOL voltou a provocar o STF para pedir que a ministra decida sobre um pedido de suspensão dos pagamentos das emendas RP 9 no Orçamento de 2021. Rosa é a relatora de uma Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) na qual o partido pede de forma liminar (isto é, provisória) a suspensão dos pagamentos das emendas RP 9, até que o Supremo decida de forma definitiva sobre se o uso do mecanismo é constitucional ou não. Fonte: O Estado de S. Paulo

Reforma Tributária

Guedes propõe criar comissão com empresários e tributaristas sobre reforma. Após enfrentar uma série de críticas à reforma tributária, o ministro da Economia, Paulo Guedes, voltou a se reunir na sexta-feira com empresários para discutir alterações ao projeto. No encontro, foi definida a criação de uma comissão formada por empresários e advogados tributaristas para debater sugestões de mudanças ao texto. Aos participantes

da reunião, Guedes se comprometeu a se encontrar com essa comissão em São Paulo toda semana. A reunião com empresários e representantes do setor de serviços no escritório mantido pelo Ministério da Economia em São Paulo durou pouco mais de 1h30. O ministro ouviu críticas e propostas. Pouco mais de 20 pessoas foram ao compromisso, e a maioria usou máscaras para evitar o contágio da Covid-19, segundo participantes. Fonte: Valor Econômico

'Vamos testar uma alíquota progressiva para imposto sobre dividendos', diz relator de projeto do IR.

Relator do projeto que altera o Imposto de Renda (IR), o deputado Celso Sabino (PSDB-PA), afasta a possibilidade de risco para as contas públicas com a votação do seu parecer, que prevê uma redução agressiva do imposto das empresas (IRPJ). O parecer foi apresentado aos líderes, na semana passada, prevendo uma queda de R\$ 30 bilhões na arrecadação sem compensação. Sabino diz que não haverá redução de receitas porque a economia vai reagir positivamente à reforma com mais crescimento. “Zero de aumentar o déficit público”, diz. Na entrevista, ele antecipa ajustes adicionais que vai fazer no parecer, como uma tabela progressiva para a volta da tributação de lucros e dividendos. Não está descartada a possibilidade de ter uma faixa mais alta, acima da alíquota dos 20% previstos no projeto original. A distribuição de dividendos entre empresas coligadas também pode ficar isenta. O Estadão/Broadcast entrevistou o relator após ele se reunir com representantes dos shoppings centers. Fonte: O Estado de S. Paulo

Covid-19

Mais de 120 milhões de doses de vacinas Covid-19 já foram aplicadas no Brasil. O Brasil superou a marca de 120 milhões de doses de vacinas Covid-19 aplicadas. No País, a população vacinável é composta por 160 milhões de brasileiros acima de 18 anos. Ao todo, mais de 87,5 milhões de pessoas já receberam a primeira dose da vacina, cerca de 54,6% do público-alvo. O Ministério da Saúde (MS) já distribuiu cerca de 154,3 milhões de doses de vacinas, de maneira proporcional aos estados e o Distrito Federal. Fonte: ASCOM Casa Civil

Fiocruz recebe IFA para produção de 10 milhões de doses de vacinas Covid-19. A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) recebe no sábado (17) mais uma remessa de Ingrediente Farmacêutico Ativo (IFA) para produzir vacinas Covid-19. Essa entrega permitirá a produção de cerca de 10 milhões de doses de vacina AstraZeneca/Oxford no Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos localizado em Bio-Manguinhos, no Rio de Janeiro. A nova remessa possibilitará entregas no mês de agosto, depois que as vacinas passarem pelas etapas de processamento final e de controle de qualidade. O insumo chegou às 19h15, no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro (RioGaleão). Fonte: ASCOM MS

Último Foco

Decreto institui Rede Federal de Gestão de Incidentes Cibernéticos. O presidente Jair Bolsonaro editou decreto que institui a Rede Federal de Gestão de Incidentes Cibernéticos, que visa prevenir ameaças cibernéticas e elevar o nível de resiliência em segurança dos ativos de informação dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, além de autarquias e fundações. O texto será publicado na edição de segunda-feira (19) do Diário Oficial da União, informou a Secretaria-Geral da Presidência da República. A participação na rede será obrigatória para ministérios, autarquias e fundações. Já as empresas públicas e sociedades de economia mista federais e suas subsidiárias poderão aderir à rede de maneira voluntária. Fonte: Agência Brasil

Economia: Leilão do 5G usa recursos de telecom para telecom e não dribla teto. A secretária especial do programa de parceria de investimentos, Martha Seillier, afirmou na quinta, 15/7, que as perguntas dos técnicos do TCU são naturais, mas que o edital do 5G respeita as regras orçamentárias e práticas vigentes nos investimentos associados à autorizações públicas. “Estamos falando de investimento em telecom em um leilão de telecom. Não chamaria exatamente cruzado, para levar internet para o Norte, o Norte Conectado, e para desenvolver uma rede segura de comunicação. São obrigações conectas com a pauta, com o próprio

objeto da delegação. Não acredito que a gente precisa ter uma lei específica para isso. Vamos conseguir superar na negociação técnica com o Tribunal de Contas da União”, disse a secretária em entrevista à Broadcast, da agência Estado. Fonte: Convergência Digital

Guedes é convidado a explicar questionamentos a repasse de R\$ 3,5 bi do Fust para educação. Paulo Guedes foi convidado a apresentar explicações aos parlamentares que integram da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados sobre os motivos que levaram o governo a questionar no Supremo Tribunal Federal (STF) a Lei nº 14.172/2021, que prevê o repasse de R\$ 3,5 bilhões do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) para estados e municípios garantirem Internet para professores e alunos da rede pública de ensino. Segundo a professora Rosa Neide (PT-MT), autora do requerimento que convida Guedes, o governo alega que a legislação dificultaria o cumprimento da meta fiscal e violaria a "regra de ouro", que tem o objetivo de evitar o endividamento para pagar despesas correntes, prevista na Constituição Federal. Fonte: Teletime

Inauguração de tecnologias do Vila A Inteligente marca início de nova etapa. Estão oficialmente inauguradas as tecnologias instaladas no primeiro e maior bairro Sandbox do Brasil, o Vila A Inteligente. Em evento, na sexta-feira, 16 de julho, foi marcada a entrega da primeira fase do projeto, que consiste na instalação de algumas soluções tecnológicas: semáforos inteligentes, luminárias inteligentes, pontos de ônibus inteligentes e um Centro de Controle e Operações (CCO). A segunda etapa do projeto prevê a intensificação dos testes das tecnologias de cidades inteligentes, além da instalação das startups e empresas inovadoras, por meio do edital Smart Vitrine. O objetivo do Programa Vila A Inteligente é testar a assertividade de soluções de cidades inteligentes em um espaço urbano real, com experimentação e validação de tecnologias em benefício do bem-estar da população e geração de negócios. A realização é uma parceria entre a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), o Parque Tecnológico Itaipu - Brasil (PTI-BR), a Itaipu Binacional, Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, com apoio da Copel e Inmetro. Este último entra como importante parceiro para o Programa, pois garantirá que as tecnologias testadas são seguras e eficazes para poderem ser replicadas em outros municípios do Brasil. Fonte: ABDI

Crise na Educação: dois milhões de alunos de escolas rurais passaram 2020 em casa e sem acesso digital. Com escolas distantes e pouco acesso à internet, crianças de áreas rurais sofreram os impactos da pandemia mais do que seus colegas em áreas urbanas. Dados do Inep apontam que, se o ensino remoto brasileiro foi majoritariamente uma combinação de materiais impressos com aulas no WhatsApp, 40% das escolas do campo passaram 2020 inteiro apenas com apostilas. Isso significa baixa interação com professores e falta de materiais complementares digitais. Juntas, elas reúnem cerca de 2,1 milhões de estudantes. Diretora do Centro Transdisciplinar de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília, Mônica Molina explica que até o acesso aos materiais impressos foi problemático. Segundo ela, as famílias tiveram muitos problemas em conseguir buscar as apostilas nas sedes das escolas, pela distância de onde as crianças moram e a escassez de transporte público nessas áreas. Fonte: O Globo